



Salário

Data-base tem que ser respeitada

Reajuste precisa ser retroativo a maio

TABELA SALARIAL DO OPPE DO ESTADO DO PARANÁ - JUNHO DE 2009 - COM 6%

REF.	AGENTE DE APOIO			AGENTE DE EXECUÇÃO			AGENTE PROFISSIONAL		
	CLASSE			CLASSE			CLASSE		
	I	II	III	I	II	III	I	II	III
1	667,10	1042,13	1627,97	1000,65	1577,80	2487,82	2401,57	3856,83	6193,94
2	690,45	1078,60	1684,95	1035,67	1633,01	2574,89	2485,62	3991,82	6410,73
3	714,62	1116,35	1743,92	1071,93	1690,17	2665,01	2572,62	4131,53	6635,10
4	739,63	1155,42	1804,96	1109,44	1749,33	2758,29	2662,66	4276,14	6867,34
5	765,51	1195,86	1868,13	1148,27	1810,55	2854,82	2755,85	4425,81	7107,69
6	792,31	1237,72	1933,52	1188,46	1873,92	2954,74	2852,30	4580,71	7356,46
7	820,04	1281,03	2001,20	1230,06	1939,51	3058,16	2952,13	4741,03	7613,94
8	848,74	1325,87	2071,24	1273,11	2007,40	3165,19	3055,46	4906,96	7880,42
9	878,44	1372,28	2143,72	1317,66	2077,65	3275,97	3162,40	5078,71	8156,24
10	909,19	1420,30	2218,76	1363,79	2150,37	3390,63	3273,09	5256,47	8441,71
11	941,02	1470,02	2296,42	1411,52	2225,64	3509,31	3387,64	5440,44	8737,17
12	973,95	1521,47	2376,79	1460,92	2303,53	3632,13	3506,22	5630,86	9042,97



O Governo do Paraná vai aplicar nos salários de junho o reajuste de 6% ao funcionalismo. Ao todo, 249 mil trabalhadores do serviço público estadual – funcionários efetivos da ativa e aposentados, civis e militares; e ainda contratos temporários, empregados da Paraná Educação e dos convênios com as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) – serão beneficiados.

Os 6% que estão sendo concedidos ao funcionalismo do Paraná equivalem à reposição da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado entre maio de 2008 e abril deste ano, e mais um ganho real de 0,47 ponto percentual. O IPCA, que é o indicador utilizado pelo Ministério da Fazenda na fixação da meta de inflação anual para o país, fechou o período em 5,53%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

O reajuste geral ao funcionalismo foi proposto em abril, em projeto de lei encaminhado pelo governador à Assembleia Legislativa. Aprovado em 20/05, o projeto virou lei (número

16.132/2009) em 10/06, quando foi sancionada por Requião.

Contraponto

O Decreto nº 4.281/09 reajustou o salário dos cargos de reitor, diretor-geral de secretarias e autarquias, em 43% e 62%. Pelo decreto, a gratificação do nível G1 sobe de R\$ 5.748,28 para R\$ 9.312, 21, ou seja 62% de aumento, e para quem é diretor-geral de secretaria e reitor de universidade estadual a gratificação será de R\$ 8.220,00.

Com esse percentual, o salário de um presidente de empresa, por exemplo, ficou apenas 5% menor que o do governador, que é de R\$ 24.500,00. Já o de um presidente de estatal paranaense alcança R\$ 23.200,00.

Fórum aconselha sindicatos a entrar na justiça para cobrar reajuste retroativo a maio

O Fórum das Entidades Sindicais informa que vai aumentar a mobilização com o governo e lutar por

nova abertura de negociações nas secretarias da Administração e do Planejamento para discutir outros cinco itens da pauta de reivindicações e pagamento do reajuste de 6% retroativo ao mês de maio. Tanto que já protocolou ofício solicitando a retomada das negociações, em 19/06/2009, SID 07.622.680-6.

A diferença que deixou de ser paga em maio é de cerca de R\$ 36 milhões, segundo o próprio governo do Estado. Em uma reunião de emergência entre representantes do funcionalismo, logo após o governo anunciar que já estava imprimindo a folha de pagamento apenas com o reajuste a partir de junho, sem pagar o atrasado de maio, o Fórum deliberou que os sindicatos devem protocolar ações trabalhistas separadas por categorias. No mesmo processo trabalhista, poderão ser cobradas diferenças salariais de 2009 e também de 2007 e 2008. As ações também vão pedir as perdas com a aplicação do reajuste para várias categorias do serviço público em meses diferenciados.

Histórico

Neste ano, o governo concordou em reajustar igualmente em 6% todos os 249 mil funcionários. Porém, em 2008, o reajuste aplicado foi de 5% para todas as categorias, mas o percentual incidu sobre os salários em meses diferentes. Dependendo da categoria, o aumento foi aplicado entre maio, junho, julho, agosto e setembro. “As categorias que tiveram aumento por último se sentiram prejudicadas”, disse Elaine Rodella, coordenadora do Fórum.

Em 2007, a situação foi ainda pior. O governador Roberto Requião concedeu reajustes de 17% aos professores, 6% aos servidores das universidades estaduais e 3,4% para o funcionalismo da administração direta. Novamente, o governador aplicou o reajuste em meses diferentes, entre maio e setembro. “Nesse caso, cada sindicato entra com ação trabalhista em separado, defendendo a diferença em seus salários - alguns tiveram perdas de até oito meses, somando os dois anos”, afirmou Elaine Rodella.

Editorial**30 DE JUNHO - MOBILIZAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES CLASSISTAS**

Vivemos, atualmente, uma conjuntura altamente desafiadora, marcada pela mais séria crise do sistema capitalista mundial, resultante das contradições existentes no processo de produção e reprodução da sociedade capitalista, agravadas ao longo dos anos pelos déficits da economia estadunidense.

A classe trabalhadora não é culpada pela crise, mas, é quem mais sofre os seus dramáticos efeitos sociais, sendo castigada duramente pelo processo de demissões em massa, geralmente sem justa causa; pela perda da renda e das habitações; pelo arrocho dos salários; pela redução e flexibilização dos direitos sociais.

A crise, além de evidenciar o esgotamento do capitalismo neoliberal e a perversidade da ordem imperialista, também desperta na classe trabalhadora, nas forças progressistas e no sindicalismo a necessidade de lutar por medidas emergenciais em defesa do emprego, da renda, dos direitos sociais e do crescimento.

Portanto, estão colocadas na ordem do dia a luta social e a existência de uma política que leve à sua superação, ou seja, por um novo modelo de desenvolvimento nacional, orientado na direção do Socialismo.

É assim que, para enfrentar a crise com luta, o Fórum das Centrais

Sindicais organizou uma série de atividades conjuntas para o mês de junho de 2009. Cabe aos trabalhadores do Brasil todo se mobilizar para que as atividades tenham êxito.

No dia 30 de junho de 2009, às 14h00, no Auditório Nereu Ramos, em Brasília, será realizado um grande Ato do Movimento Sindical em Defesa da Redução da Jornada de Trabalho SEM Redução de Salário, pois nesse dia deverá ser votada, na Comissão Especial da Câmara, a PEC 231/96, que trata dessa questão. Dentre as alterações no texto, o relator, deputado Vicentinho (PT/SP), prevê o aumento no valor da hora extra de 50% do valor normal para 75% da hora trabalhada, e a ratificação da redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução nos salários.

A aprovação da proposta na comissão configurar-se-á num importante passo para o movimento sindical, pois a proposta não mais poderá ser arquivada; ficará na pauta do plenário.

Ficou definido também que o Dia Nacional de Luta da classe trabalhadora será no próximo 14 agosto, com manifestação em Brasília-DF.

Confira a seguir a pauta de matérias de interesse dos trabalhadores que está em tramitação no Congresso

Nacional:

a) PEC 231/95, redução da jornada de trabalho.

As Centrais Sindicais querem aprovar a proposta na Comissão Especial e depois votar o PL 4.653/94, em plenário. O relator de ambos é o deputado Vicentinho (PT/SP). No dia 30 de junho o texto da PEC será votado na Comissão Especial. Ficará pronta para votação em dois turnos no plenário da Câmara.

b) PL 3.299/08, que extingue o fator previdenciário.

A intenção é votar o substitutivo após acordo das Centrais Sindicais com o relator, deputado Pepe Vargas (PT/RS). O texto está em discussão na Comissão de Finanças e Tributação. O relator disse que o ideal seria aprovar requerimento do deputado Dado (PDT/SP) para votação do texto em plenário. Haverá mudanças e o projeto retornará ao Senado.

c) PL 1/07, salário mínimo.

As Centrais Sindicais e os líderes desejam superar o impasse em torno da emenda do senador Paulo Paim (PT/RS), que estende aos aposentados e pensionistas a política do mínimo e votar o projeto, a fim de garantir para 2010 a continuidade dessa

política de valorização e recuperação do piso nacional.

d) PEC 438/01, trabalho Escravo.

As Centrais Sindicais querem aprovar a proposta, em segundo turno. A PEC retornará ao Senado em razão de mudanças de mérito.

e) PDC 795/08, Convenção 151 da OIT.

Trata da negociação coletiva no serviço público. A mensagem presidencial 58/08 foi aprovada nas comissões de Relações Exteriores; Trabalho; e de Constituição e Justiça e transformada em projeto de decreto legislativo da Câmara (PDC). Aguarda votação em plenário. Depois vai ao Senado.

f) PL 4.302/98, terceirização.

As centrais desejam definir um consenso e a oportunidade de votação da Mensagem 389/03, do Presidente Lula, que pede o arquivamento do projeto de lei do ex-presidente FHC.

g) Convenção 158 da OIT.

As Centrais Sindicais entendem que o Congresso Nacional tem a responsabilidade de construir uma legislação que proíba a demissão imotivada, nos termos da Convenção 158.

INFORMA FÓRUM

O diretor do Sindi/Seab e coordenador do Fórum, Heitor, recebendo o prêmio Ecologia e Ambientalismo das mãos do vereador de Curitiba, Tito Zeglin, no dia mundial do meio ambiente - 05/06/09

O Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Estaduais - FÓRUM - têm sugerido e estimulado os sindicatos que o integram para realizarem ampla discussão e mobilização dos servidores visando que as nossas reivindicações sejam atendidas. Como todos sabem o FÓRUM tem se reunido com o Governo do Estado, por meio da SEAP/SEFA, bem assim, tem dialogado com os representantes parlamentares da Assembleia Legislativa defendendo que a **promoção/progressão dos agentes de apoio e execução seja implantada imediatamente e que os efeitos financeiros retroajam a data fixada na lei. Pleiteamos também a imediata resolução das injustiças que o Governo mantém em relação aos "desenquadrados". Exigimos que sejam ampliados a todos os servidores os benefícios sociais atinentes ao vale transporte e auxílio alimentação. É preciso que se implante na gestão pública estadual uma política de**

prevenção e proteção à saúde do servidor, inclusive com melhorias no sistema de saúde - SAS. Urge que se socialize todas as informações sobre a "caixa preta" da PRPrevidência. Enfim, é necessário melhorias das condições de trabalho, para que o povo do Paraná tenha mais e melhores serviços públicos, aliás, este é o compromisso do FÓRUM e dos sindicatos de servidores.

É claro que continua a luta para ampliar o índice de reposição salarial de 6% concedido neste mês de junho/09. Sobre isso, o FÓRUM orientou os sindicatos para que entrem com ações judiciais visando que o índice de 6% incida sobre o mês da data base -maio/09, aliás, mais uma vez o Governo deixa de cumprir a lei.

Portanto, é preciso que todos os servidores e suas entidades sindicais reajam, pois, a luta continua e deverá ser intensificada neste segundo semestre de 2009.

Por isso, é preciso que o movimento sindical realize um amplo debate em cada base divulgando, discutindo e mobilizando os servidores para as lutas que deverão ser encetadas neste ano de 2009.

A Coordenação do FÓRUM não tem dúvida que somente haverá conquista e atendimento das nossas reivindicações, caso se repita grandes, massivas e unitárias ações e lutas do movimento sindical dos servidores, como no passado já fizemos.

Para tanto o FÓRUM aprovou na sua reunião de 17/06 a realização de plenárias regionais unitárias, cujo calendário divulgaremos em breve, contando, desde já, com a participação de todos.

Com união, mobilização e lutas, vitórias virão!

Heitor Rubens Raymundo
Coordenação do FÓRUM

Quem somos

Diretoria Executiva Estadual: Presidente: Laura Jesus de Moura e Costa (Sema/Curitiba). Vice-Presidente: Antoninho Fontanella (Seab/Francisco Beltrão). Secretário Geral: Ademir da Silva (Iap/Curitiba). 1ª Secretária: Carmem Terezinha Leal (Sema/Curitiba). 2ª Secretária: Helverton Luis Corino (Iap/Maringá). Tesoureira Geral: Maria Auxiliadora Fernandes (BPPR/Curitiba). 1º Tesoureiro: Roberto Carlos Prazeres de Andrade Silva (Seab/Curitiba). **Conselho Fiscal:** Titulares: Heitor Rubens Raymundo (Iap/Curitiba). Saonara do Rocio Porto (Iap/Guarapuava). Milton Vasconcelos Guedes (Seab/Curitiba).

Educação

Educação Pré-Escolar um direito das crianças e dos pais



funcionamento, regimento escolar, proposta pedagógica) e Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR).

O CEI Arco Íris e Cia tem capacidade para atender até 120 crianças, na faixa etária de 4 meses a seis anos de idade, de forma ininterrupta no horário da 7:30 (recepção das

crianças) às 19 horas (tempo limite).

Para seu funcionamento e prestação de bons serviços educacionais, sempre contou com a SUBVENÇÃO SOCIAL do governo do Paraná (SEAB), a fim de suprir despesas com salários e encargos sociais. As demais despesas para seu funcionamento (alimentação, higiene e limpeza, segurança, emergências médicas, água, luz, Vale Transporte e Auxílio Alimentação para funcionários, gás de cozinha, conservação e reparos, seguros, impostos e taxas, etc), de uns tempos para cá passou a ser paga com a contribuição dos pais e mães.

Até agora, por razões ainda desconhecidas o governador do Paraná, Roberto Requião, ainda não assinou a autorização para a liberação da verba de subvenção social para garantir-se o funcionamento normal do CEI ARCO IRIS no exercício de 2009, mesmo constando no orçamento da SEAB de 2009. Vale dizer que até 1992, o governo do Paraná destinava aos servidores públicos do Paraná, especialmente às mães, o auxílio pré-escolar, o qual foi extinto por decisão unilateral e inexplicável do governo do Estado, sobrevivendo apenas as pré-escolas que já existiam antes do dito benefício, forma encontrada pelos vários setores do funcionalismo para preservar esse direito das crianças e dos pais.

E não estamos sozinhos nesse

contexto, já que outras pré-escolas padecem do mesmo problema: Creche do Bosque (SEAP), CEI IAPAR, CEI DER, CEI UEL, CEI CELEPAR, CEI UEM. Também, no âmbito do Poder Judiciário (Tribunal de Justiça), funciona um Centro de Educação Infantil, onde tudo está às mil maravilhas, sem dificuldades de sobrevivência ou qualquer tipo de "crise".

No mês de maio, no Acórdão nº 474/09 do Tribunal Pleno, respondendo à consulta feita pelo governador Roberto Requião, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR), por unanimidade declarou que o governo paranaense tem o dever constitucional de oferecer creche aos filhos de servidores estaduais até cinco anos de idade. Também, o Pleno respondeu que o Estado pode repassar recursos a creches que atendam filhos de servidores.

A nossa expectativa é que o governador Requião, sensível às necessidades dos servidores, às causas sociais e da educação como mola propulsora do desenvolvimento social e econômico de um país, assine a autorização para a retomada da normalidade e ao bom funcionamento das pré-escolas citadas.

A retomada do repasse das verbas de subvenção social, também contribuirá para a preservação destes valiosos projetos educacionais e suas respectivas vagas no ensino pré-escolar (cujo déficit é tido e havido como altíssimo na capital do Paraná), os empregos de dezenas de funcionários e garantindo às crianças o acesso a um ensino pré-escolar de grande qualidade.

Também, espera-se que o Senhor Governador do Paraná re-institua o "Auxílio Pré-Escolar" para os servidores estaduais, que possuam crianças na faixa etária de até 5 anos de idade.

Roberto de A. Silva é 2º tesoureiro do SINDI/SEAB, presidente da AFSEAG-PR e servidor público estadual lotado na SEAB, em Curitiba.

Jurídico

Fique por dentro

Mandado de Injunção e aposentadoria especial

Os servidores que trabalham em atividades de risco e cujas atividades sejam exercidas sob condições prejudiciais à saúde ou à integridade física estão mais próximos de conquistar o direito à aposentadoria especial. Um mandado de injunção impetrado pelo Sindicato dos Servidores Municipais de São José dos Pinhais (Sinsep) foi julgado procedente pelo Supremo Tribunal Federal.

O mandado de injunção é um recurso jurídico utilizado para preencher a lacuna de qualquer questão não coberta pela Constituição Federal. A aposentadoria especial é regulamentada para o setor privado, mas o mesmo não acontece com o funcionalismo público. O Sindi/Seab entrou com um Mandado de Injunção, em março de 2009.

Entenda o caso

Foram relacionados no processo todos os servidores que se filiaram ao Sindi/Seab até março de 2009. Um dos precedentes que abriram a perspectiva de vitória foi o benefício a uma servidora do Distrito Federal em 2007. Ela obteve a aposentadoria especial devido à ação similar no STF, alegando omissão do Estado pela inexistência de lei complementar que a atividade insalubre.

(Com informações do SindSaúde-PR e Assessoria Jurídica do Sindi/Seab)

▶▶▶ RAPIDINHAS



>>> Cobrança do Banco do Brasil

O Sindi/Seab protocolou ofício (SID 09.622.640-7) a Seap (Maria Marta) solicitando que o Estado renegocie com o Banco do Brasil a questão da tarifa de Renovação de Cadastro (R\$ 30,00), e que incluía essa taxa no pacote Fopag Especial. Também foi solicitado que os valores cobrados sejam devolvidos e ainda que se garanta que nada seja cobrado ou retirado da Conta Corrente do servidor público estadual sem a devida autorização.

O sindicato também encaminhou solicitação de audiência para tratar da mesma questão com o Sr. Paulo Roberto Meinerz, Superintendente Estadual do Banco do Brasil no Paraná.



>>> Promoção e Progressão

De acordo com a SEAP já estão sendo feitos trabalhos e análises para implantar as promoções e progressões para os AA e AE o mais breve possível; no entanto, até agora o Governador ainda não assinou a Portaria que oficializa os trabalhos da Comissão. A ansiedade dos Agentes de Apoio e Agentes de Execução é ENORME. Existe uma grande possibilidade de que sejam implantadas em agosto ou setembro de 2009. Há também uma certeza de que serão implantadas, no máximo, até o final do ano. O SINDI/SEAB está encaminhando NOVAMENTE ofício ao Governador solicitando agilidade nesse processo. (SID 07.549.321-5)

>>> Cecut elege Nova direção da CUT-PR

Durante os dias 19, 20 e 21/06 ocorreu o 11º Congresso Estadual da Central Única dos Trabalhadores do Paraná (Cecut). O evento contou com a participação de aproximadamente 350 pessoas, entre delegados dos mais de 100 sindicatos filiados à central. A CUT elegeu a nova direção executiva, os efetivos da direção e Conselho Fiscal para o triênio 2009/2012. Além da eleição, os presentes debateram as conjunturas internacional, nacional e estadual e aprovaram as estratégias e o plano de lutas para a próxima gestão.

O Sindi/Seab foi representado por Maria Auxiliadora Fernandes e Marlene Poposki. O Fórum das Entidades Sindicais também marcou presença com Elaine Rodella (SindSaúde-PR) e Clayton (Sindarspen).

Pela primeira vez na sua história não houve disputa de chapa entre as correntes que atuam na Central. O petroleiro Roni Anderson Barbosa foi reeleito para o cargo de presidente.

(Com informações da APP-Sindicato)

>>> SAS voltará a atender usuários de Pato Branco

O funcionamento do Serviço de Assistência a Saúde (SAS) na região de Pato Branco foi o tema de uma reunião realizada no dia 03/06, no Departamento de Assistência à Saúde (DAS). Participaram do encontro o secretário de Saúde e Previdência da APP-Sindicato, Idemar Vanderlei Beki, e o superintendente do órgão, Eduardo Mischiatti.

Segundo Mischiatti, com intuito de restabelecer o atendimento o mais rápido possível, a Seap aumentou os valores, por vida, de R\$ 19,00 para R\$ 20,00.

O Hospital São Lucas aceitou celebrar contrato de emergência com o Estado e, no momento, as partes (unidade de saúde e DAS) aguardam apenas a questão dos trâmites legais da Seap. A expectativa agora é que, a partir de 1º de julho, seja restabelecido o atendimento do SAS em Pato Branco e região.

>>> Reunião sobre o SAS na SEAP

No dia 08/06 ocorreu uma reunião na SEAP que tratava do SAS, principalmente, sobre o novo contrato para Curitiba e Região. Também foram abordadas regiões em que o Sistema é problemático, veja:

UMUARAMA – o prestador entrou com recursos solicitando aumento do baixo valor apresentado na licitação e o processo está na assessoria jurídica da SEAP.

CASCADEL – depende da assessoria técnica da SEAP julgar procedente o recurso impetrado pelo outro prestador não contemplado na licitação.

Nova reunião está marcada para 13/07 com representantes dos servidores (APP-Sindicato e Sindi/Seab), prestadoras e diretores do DAS.

>>> Almoço de recordações e confraternizações



Aproximadamente 50 servidores públicos (alguns já aposentados) da ex-SUREHMA (Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Paraná) se reuniram no sábado, dia 20/06/09, no Restaurante Anjo Dourado, em São José dos Pinhais – PR, para se confraternizar e recordar os “velhos tempos”. O clima foi de muita amizade e estão de parabéns os organizadores do almoço. Esta é a segunda vez ou o segundo ano consecutivo que realizam tal confraternização e, nesse ano, contou também com a presença da Presidente do SINDI/SEAB (ex-Surehmista), Laura J. de M. e Costa.

Expediente